

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA – DESCRIÇÃO DO DESAFIO

#### 1. DESAFIO

- 1.1. O desafio objeto da presente Termo de Referência consiste em viabilizar a modernização da forma de disponibilização, acesso, consumo e utilização das informações do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, atualmente ofertadas, em sua maior parte, por meio de relatórios e arquivos estáticos, de modo a evoluir para um modelo digital mais integrado, interativo e orientado ao uso efetivo dos dados.
- 1.2. O SINAPI constitui referência nacional amplamente consolidada para a formação de custos e orçamentação de obras públicas e privadas, sendo utilizado por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, empresas, projetistas, consultores e demais agentes do setor da construção.
- 1.3. O modelo vigente de disponibilização das informações cumpre o papel de garantir acesso padronizado e nacionalmente reconhecido aos dados de custos; entretanto, apresenta limitações estruturais quanto à interatividade, à automação de processos, à integração com sistemas externos e à exploração de recursos tecnológicos avançados.
- 1.4. O cenário atual caracteriza-se pelo aumento da demanda por soluções digitais capazes de suportar processos mais complexos de planejamento, execução, acompanhamento e prestação de contas de obras, bem como pela crescente adoção de plataformas governamentais e corporativas que requerem consumo estruturado e integrado de dados.
- 1.5. Nesse contexto, torna-se necessário ampliar a capacidade do SINAPI de se integrar a ecossistemas externos, reduzindo retrabalho, elevando confiabilidade e favorecendo maior uniformidade na utilização de custos e composições em editais, convênios, análises técnicas, fiscalização e controle.
- 1.6. A necessidade de modernização inclui, de forma não exaustiva, a superação de restrições decorrentes do modelo centrado em arquivos estáticos, possibilitando consultas interativas, mecanismos avançados de pesquisa e filtragem, melhor usabilidade para diferentes perfis de usuários e maior produtividade na aplicação prática das informações em atividades de orçamentação. Espera-se, ainda, que a evolução digital favoreça a incorporação do SINAPI a fluxos automatizados de trabalho, tanto no setor público quanto no setor privado.

- 1.7. O desafio abrange também a perspectiva de integração de sistemas, por meio da disponibilização estruturada de dados e de interfaces de programação (APIs), de modo a permitir interoperabilidade com sistemas governamentais, estaduais e municipais, plataformas corporativas e ferramentas especializadas de engenharia e orçamento.
- 1.8. Há expectativa de integração com plataformas governamentais, como o TransfereGov, bem como com sistemas externos utilizados na gestão de obras, convênios e financiamentos.
- 1.9. Adicionalmente, o desafio considera a oportunidade de empregar recursos de inteligência artificial, automação e análise avançada de dados com vistas a aprimorar a interação do usuário com a base do SINAPI, simplificar processos de busca e apoio à elaboração de orçamentos, bem como gerar insights relevantes para a tomada de decisão.
- 1.10. Incluem-se nesse escopo capacidades analíticas voltadas à identificação de padrões, tendências e comportamentos associados a preços, custos, insumos, produtividade e demais indicadores técnicos, preservada a rastreabilidade e a confiabilidade das informações.
- 1.11. O desafio contempla, ainda, a necessidade de assegurar governança, segurança da informação, auditabilidade e conformidade com a legislação vigente, em especial no que se refere à proteção de dados pessoais, bem como a adoção de mecanismos adequados de gestão de acessos e licenças.
- 1.12. Considera-se relevante que a solução permita compreender o comportamento de uso, subsidiando a evolução contínua da plataforma e a melhoria dos serviços prestados, compatível com o papel institucional da CAIXA como gestora do SINAPI.
- 1.13. No âmbito da modernização do setor da construção, o desafio inclui a possibilidade de interoperabilidade com padrões de Modelagem da Informação da Construção – BIM (IFC), de modo a ampliar a precisão e a rastreabilidade dos custos ao longo do ciclo de vida das obras e a alinhar o SINAPI às diretrizes contemporâneas de transformação digital da engenharia.
- 1.14. A Chamada de Startups busca, portanto, a experimentação de soluções que contribuam para consolidar o SINAPI como uma plataforma digital de referência, mantendo sua base técnica consolidada e nacionalmente reconhecida, ao mesmo tempo em que amplia sua utilidade, alcance e potencial de geração de valor.

- 1.15. O desafio admite propostas que considerem modelos sustentáveis de licenciamento e monetização, com vistas a ampliar o acesso por prefeituras, órgãos governamentais, empresas e demais atores do setor, reforçando a sustentabilidade operacional e financeira da gestão do SINAPI.
- 1.16. Espera-se que as soluções selecionadas demonstrem capacidade de enfrentar o problema apresentado de forma consistente, promovendo ganhos de eficiência, transparência, confiabilidade e inteligência no uso das informações do SINAPI, em alinhamento com os objetivos estratégicos da CAIXA e com as diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar que fundamenta esta contratação.

## **2 CONTRAPARTIDAS**

- 2.1 Os participantes selecionados receberão benefícios por se relacionarem como parceiros da CAIXA, que podem potencializar seus serviços e produtos, criando uma parceria estratégica de grande impacto. As contrapartidas incluem:
  - 2.2. Oportunidades de Negócios Estratégicos:
    - 2.2.1. A participação no CPSI oferece às empresas selecionadas a oportunidade de validar suas soluções junto a um sistema nacional de referência, utilizado por órgãos públicos de todas as esferas e por grande parte do setor de engenharia. Isso proporciona exposição técnica e institucional relevante e permite avaliar aderência da solução a um mercado altamente especializado e de grande alcance;
    - 2.2.2. Os participantes selecionados terão acesso a condições adequadas para a experimentação de suas soluções inovadoras no ambiente real do SINAPI, contando com infraestrutura, informações técnicas e interação com especialistas da CAIXA, nos termos definidos para o CPSI.
  - 2.3. Colaboração e Expertise:
    - 2.3.1. A experimentação permitirá que as empresas ampliem o conhecimento sobre requisitos técnicos, operacionais e institucionais do SINAPI, com possibilidade de aprimorar suas soluções a partir de interações estruturadas com a equipe gestora e com usuários especialistas;
    - 2.3.2. Esse contato favorece o aprimoramento da solução durante a experimentação e acelera o desenvolvimento de funcionalidades aderentes à realidade de uso da base nacional de custos.

2.4. Chancela de Prestígio:

- 2.4.1. A experimentação em ambiente real do SINAPI confere credibilidade adicional à solução, uma vez que o sistema possui reconhecimento nacional e é referência para elaboração de orçamentos de obras públicas. A validação junto à CAIXA fortalece a confiança de potenciais clientes públicos e privados, ampliando a visibilidade institucional da solução no mercado de engenharia e construção;
- 2.4.2. A validação junto à CAIXA fortalece a confiança de potenciais clientes públicos e privados, ampliando a visibilidade institucional da solução no mercado nacional de engenharia e construção.

2.5. Investimento Financeiro e/ou Econômico:

- 2.5.1. CAIXA disponibilizará recursos para execução da fase de experimentação, com valor máximo estimado de R\$ 1,6 milhão por CPSI, abrangendo atividades de desenvolvimento, integração, suporte e manutenção durante o período do teste. Ao final, poderá haver contratação de fornecimento da solução, nos termos do art. 15 da LC nº 182/2021, condicionada ao desempenho e aos resultados obtidos na experimentação;
- 2.5.2. Esta licitação especial poderá gerar a seleção de até 2 (dois) Contratos Públicos de Solução Inovadora;
- 2.5.3. Havendo sucesso no CPSI, a CAIXA poderá formalizar Contrato de Fornecimento com a melhor das duas soluções no valor de até 5x (cinco) vezes, o montante de R\$ 1.600.000,00 (R\$ 8.000.000,00), pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por mais 24 (vinte e quatro) meses

**CLÁUSULAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (GRAU MÁXIMO DE CRITICIDADE)**

- 3.1 A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politicaseguranca-informacao.pdf>), dando conhecimento aos seus funcionários no âmbito da prestação dos serviços objeto do contrato.
- 3.2. A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.
- 3.3. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.

- 3.4. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.
- 3.5. A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.
- 3.6. A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.
- 3.7. A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.
- 3.8. A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado, observadas as solicitações de órgãos de regulação, fiscalização, supervisão e de controle, bem como as determinações judiciais que deverão ser comunicadas imediatamente, pois ambas somente poderão ser atendidas mediante prévia autorização da área jurídica da CONTRATANTE.
- 3.9. A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.
- 3.10. A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer descumprimento às cláusulas acima, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade.
- 3.11. A CONTRATADA deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da CAIXA assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, anexo.
- 3.12. A CONTRATADA deve enviar, anualmente, à CONTRATANTE a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregados(s) e colaborador(es).
- 3.13. A CONTRATADA deve realizar ou contratar treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à

segurança da informação e privacidade de dados, abordando no mínimo 80% do seguinte conteúdo.

Grau de Criticidade em SI Alto ou Máximo		
Domínio Temático	Conteúdo	Carga horária anual
Política de Segurança da Informação	- Conhecimento da política de segurança da informação da empresa e da Política de Segurança e Informação da CAIXA	08 horas
Tratamento da Informação	- Uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso; - Adoção da política de “mesa limpa”, “tela limpa” e “impressora limpa”; - Descarte seguro de informação.	
Reporte de Incidentes	- Formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na CAIXA	
<i>Privacy by Design e Secure by Design</i>	- Metodologia e princípios	
Fundamentos para	- Conceitos básicos de segurança digital;	
Segurança Digital	- Uso da Internet	
Segurança de Dispositivos	- Proteção e privacidade em dispositivos digitais pessoais;	
Digitais Pessoais	- Conhecendo, configurando e usando o dispositivo; - Entendendo o dispositivo.	

3.13.1. O treinamento referido no item acima será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima anual de 08 horas.

3.14. A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 3.13.

3.15. A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do período, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela CONTRATADA.

3.16. A CONTRATADA deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da CONTRATANTE, enquanto empresa pública e instituição financeira.

3.17. A CONTRATANTE poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da CONTRATADA, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.

3.18. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores:

a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI, conforme item 3.13 no último ano dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do

contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

b) Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, previsto no item 3.11, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base.

- 3.19. O não atendimento pela CONTRATADA de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, implicará em multa de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.
- 3.20. Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que tenham sido fornecidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em até 5 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela CONTRATANTE.
- 3.21. No encerramento/extinção do contrato a CONTRATADA se compromete a:
- a) entregar a versão mais atualizada de todos os artefatos, componentes e demais produtos por ele produzidos durante a vigência do contrato;
  - b) executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a CONTRATANTE ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente;
  - c) devolver ou transferir a quem for designado pela CONTRATANTE todos os ativos que lhe foram cedidos no mesmo estado que estavam no momento da cessão.
- 3.22. A CONTRATADA é responsável por realizar o tratamento das informações da CAIXA e as sob sua responsabilidade, observando sua classificação de sigilo, bem como as demais regras internas da CAIXA estipuladas na versão vigente do manual normativo OR016 – Tratamento da Informação, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato.
- 3.23. A CONTRATADA, durante a execução dos serviços contratados, deve adotar a mesma classificação da informação adotada pela CONTRATANTE, observar e cumprir as regras internas da CONTRATANTE quanto ao tratamento de informações sensíveis e confidenciais da CAIXA, previstas no OR016 – Tratamento da Informação, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato.
- 3.24. A CONTRATADA é responsável pelas informações que obtiver, em razão de acesso aos recursos computacionais da CAIXA e se compromete a tomar conhecimento e cumprir as regras de uso aceitável e não aceitável da informação.

- 3.25. O treinamento de segurança da informação e proteção de dados referido no item 2.3 será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima anual de 08 horas.
- 3.26. A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 3.13 e, caso estabelecido pela CONTRATANTE.
- 3.27. A CONTRATADA deve emitir relatório, anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, relacionados aos seus riscos de segurança da informação e cibernéticos identificados, medidos, mitigados e monitorados e que possam trazer algum impacto à CONTRATANTE.
- 3.28. O relatório referido no item anterior deve proporcionar à CAIXA identificar até que ponto os riscos de segurança da informação e cibernéticos aos quais a CONTRATADA está submetida pode impactar os negócios da CAIXA.
- 3.29. A CONTRATADA garantirá que a CONTRATANTE, ou a auditoria independente indicada pela CONTRATANTE, ou os órgãos de regulação/fiscalização das atividades de atuação da CAIXA tenham acesso físico e lógico ao seu ambiente e às informações relacionadas ao objeto do contrato, para realizar verificações relativas aos padrões de segurança da informação.
- 3.30. A CONTRATADA deve manter processo de monitoramento e resposta a incidentes de segurança da informação adequado ao objeto contratual.
- 3.31. A CONTRATADA deve enviar à CONTRATANTE, em até 05 dias úteis da detecção da ocorrência, relatório detalhado sobre o incidente de segurança da informação identificado, seus impactos, medidas corretivas implantadas e a implantar.
- 3.32. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores mencionados no item 3.18 e dos demais a seguir:
- a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, que obtiveram nota mínima de aprovação no treinamento relacionado a Segurança da Informação mencionado no item 3.13 / Quantidade total de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
  - b) Quantidade de relatórios, referidos no item 3.28, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;



- c) Quantidade de relatórios, referidos no item 3.28, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base.
- 3.33. A CONTRATADA deve garantir a continuidade do processamento das informações críticas de negócios, no caso de contratação de bem ou serviço de suporte às atividades críticas da CAIXA.
- 3.34. A CONTRATADA deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.
- 3.35. A CONTRATADA deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.
- 3.36. A CONTRATADA deve apresentar, sempre que requerido pela CONTRATANTE, relatórios emitidos por empresas de auditoria especializada independente que tenha realizado trabalho de auditoria em segurança da informação na CONTRATADA e certificações que atestem o nível de confiança nos princípios de segurança da informação.
- 3.37. A CONTRATADA se responsabiliza pelos incidentes de segurança detectados em sua infraestrutura ou na infraestrutura de empresa subcontratada.

#### **PROPRIEDADE INTELECTUAL, TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E INTERNALIZAÇÃO**

- 4.1 A solução a ser desenvolvida no âmbito deste Termo de Referência deverá observar o princípio da titularidade institucional da CAIXA sobre os resultados produzidos, considerando seu papel como gestora do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI e a finalidade pública associada ao objeto da contratação.
- 4.2. Como diretriz geral, os direitos patrimoniais de propriedade intelectual incidentes sobre os artefatos desenvolvidos especificamente para atendimento do desafio, incluindo, quando aplicável, códigos-fonte, modelos de dados, estruturas de banco, integrações, parametrizações, rotinas, algoritmos, documentações técnicas, APIs, fluxos de processamento, relatórios técnicos e demais entregáveis produzidos no contexto do CPSI, deverão pertencer à CAIXA, assegurando-lhe pleno direito de uso, modificação, evolução, integração, internalização, reprodução e exploração institucional, sem limitação temporal ou territorial.
- 4.2.1. O código-fonte completo, comentado e documentado deverá ser entregue à Administração ao final do desenvolvimento, incluindo scripts de build, dependências, documentação técnica e instruções de compilação.

- 4.2.2. A CONTRATADA deverá declarar previamente todos os componentes de terceiros utilizados, garantindo que suas licenças não imponham restrições ao uso, modificação ou distribuição interna pela Administração.
- 4.3. A CONTRATADA deverá assegurar que todos os elementos necessários à continuidade operacional e evolutiva da solução sejam entregues de forma completa, estruturada e documentada, de modo a permitir que a CAIXA, a seu critério, mantenha, evolua ou internalize a solução, diretamente ou por intermédio de terceiros, mitigando riscos de dependência tecnológica e garantindo governança sobre o ciclo de vida da solução.
  - 4.3.1. Após o período de experimentação, a CAIXA poderá contratar terceiros para manutenção, correção, evolução ou integração do software, sem necessidade de autorização da CONTRATADA.
- 4.4. Componentes preexistentes à contratação, de titularidade da contratada ou de terceiros, que venham a ser utilizados na solução, deverão ser expressamente identificados, permanecendo sob a titularidade de seus respectivos detentores, desde que seu uso seja acompanhado de licenciamento compatível com a finalidade institucional da CAIXA, sem restrições que impeçam a operação, a manutenção, a integração ou a evolução da solução no contexto do SINAPI.
- 4.5. Sem prejuízo da diretriz geral de titularidade da CAIXA, admite-se que, em caráter excepcional e devidamente justificado, aspectos específicos relacionados à propriedade intelectual possam ser objeto de ajuste durante a fase de negociação prévia à celebração do CPSI, especialmente quando envolverem soluções híbridas, ativos tecnológicos preexistentes, modelos de licenciamento diferenciados ou estratégias que ampliem a viabilidade técnica, econômica ou de escalabilidade da solução, desde que preservado o interesse público, a governança institucional e a capacidade de uso pleno da solução pela CAIXA.
- 4.6. Qualquer ajuste dessa natureza deverá assegurar, no mínimo, que a CAIXA detenha direitos suficientes para utilização contínua, evolução e integração da solução, sem ônus adicional incompatível com a contratação, e não poderá comprometer a rastreabilidade, a segurança da informação, a sustentabilidade operacional ou a autonomia institucional sobre o SINAPI.

## **CLÁUSULAS DE PRIVACIDADE**

- 5.1 A CONTRATADA deve tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, bem como das orientações da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados, reconhecendo sua responsabilidade objetiva e de seus empregados/colaboradores em observar o disposto na LGPD no exercício de suas atividades no tratamento de dados pessoais de clientes, empregados e colaboradores da CONTRATANTE.

- 5.2. Para fins deste contrato, a CAIXA, doravante denominada de "CONTRATANTE", assume o papel de Controladora de dados pessoais, e a empresa denominada "CONTRATADA", assume o papel de operadora de dados pessoais.
- 5.3. Para a execução da finalidade prevista no presente contrato, a CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA:
  - a) os dados pessoais envolvidos tais como nome, telefone, CPF, número da conta bancária, endereço;
  - b) a categoria dos dados: dados pessoais;
  - c) a natureza das operações realizadas: coleta, armazenamento, eliminação, inclusive a eliminação de arquivos temporários.
- 5.4. A CONTRATADA se compromete a tratar os dados pessoais a que tiver acesso em decorrência do presente Contrato, única e exclusivamente para cumprir a finalidade a que se destina seu tratamento, responsabilizando-se por qualquer acesso indevido.
- 5.5. A CONTRATADA deve garantir a confidencialidade no tratamento de dados pessoais, protegendo-os contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada.
- 5.6. A CONTRATADA está autorizada a tratar, em nome da CONTRATANTE, os dados pessoais a que tiver acesso em decorrência do presente Contrato.
- 5.7. A CONTRATADA deverá, quando do término das atividades de tratamento de dados pessoais ou ao final do contrato, a critério da CONTRATANTE, devolver todos os dados pessoais, acompanhados de todas as cópias.
- 5.8. A CONTRATADA deve manter, por escrito, o registro das operações de tratamento realizadas em nome da CONTRATANTE.
- 5.9. A CONTRATADA deve colaborar com a CONTRATANTE no cumprimento de sua obrigação de responder às solicitações de exercício dos direitos dos titulares.
- 5.10. A CONTRATADA deve comunicar imediatamente a CONTRATANTE o recebimento de requisição do titular de dados no exercício de seus direitos.
- 5.11. A CONTRATADA garantirá à CONTRATANTE a disponibilização de todas as informações necessárias para que esta consiga demonstrar o cumprimento de suas obrigações nos termos da LGPD, mantendo a documentação disponível para a realização de auditorias e quaisquer inspeções.
- 5.12. A CONTRATADA deve obrigatoriamente adotar medidas de segurança técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de

situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

- 5.13. A CONTRATADA notificará a CONTRATANTE de qualquer violação de dados pessoais imediatamente após tomar conhecimento, inclusive aplicando medidas de contenção, formalizando a ocorrência ao gestor operacional do contrato. Essa notificação deve ser acompanhada de todos os dados necessários para eventual comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao(s) titular(es) de dados pessoais.
- 5.14. A CONTRATADA auxiliará a CONTRATANTE com as informações necessárias para cumprimento de suas obrigações junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e quaisquer órgãos reguladores, de fiscalização, de supervisão e de controle, inclusive na elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).
- 5.15. A CONTRATADA deverá notificar imediatamente a CONTRATANTE em caso de solicitações judiciais e de órgãos reguladores, de fiscalização, de supervisão e de controle para disponibilização de dados pessoais.
- 5.16. A CONTRATADA deverá solicitar autorização prévia da CONTRATANTE para subcontratação de outra empresa para quaisquer atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais relativos ao presente contrato.
- 5.17. Em caso de concretização de subcontratação ou de sua rescisão, a CONTRATADA deverá enviar notificação mandatória sobre o fato à CONTRATANTE.
- 5.18. A CONTRATADA é responsável por quaisquer descumprimentos deste contrato pela empresa SUBCONTRATADA, inclusive em relação a incidentes de segurança com dados pessoais.
- 5.19. A CONTRATADA deverá observar os requisitos de privacidade desde a concepção em seus produtos, processos, serviços e soluções tecnológicas relacionadas ao tratamento de dados pessoais referentes a este contrato.
- 5.20. A CONTRATADA somente poderá realizar transferência de dados pessoais para terceiros seguindo as instruções da CONTRATANTE ou mediante prévia autorização.

**ANEXO I – A**  
**CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL**

Nº	Critério	Definição	Detalhamento da Pontuação	Peso
1	Potencial de resolução do problema	Avalia a capacidade da solução de modernizar a disponibilização e o consumo dos dados do SINAPI, substituir o modelo baseado em relatórios estáticos, permitir consultas avançadas e apoiar o uso prático das informações em orçamentos, análises técnicas e integrações sistêmicas. A solução deve demonstrar aderência ao desafio descrito no TR, inclusive quanto ao uso de dados estruturados, APIs, IA, interoperabilidade e integração com plataformas governamentais.	<p>Critérios a serem avaliados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Capacidade de ofertar consulta estruturada e interativa aos dados do SINAPI, com mecanismos de busca, filtragem e cruzamento de informações.</li> <li><input type="checkbox"/> Qualidade da experiência do usuário, considerando clareza da interface, facilidade de uso e suporte a diferentes perfis (usuários iniciantes, técnicos, gestores).</li> <li><input type="checkbox"/> Disponibilização de APIs documentadas e capacidade de integração com TransfereGov e outros sistemas governamentais ou corporativos.</li> <li><input type="checkbox"/> Recursos voltados à interoperabilidade BIM/IFC e associação de custos a quantitativos.</li> <li><input type="checkbox"/> Aplicação de inteligência artificial e automação para apoiar elaboração de orçamentos, identificar padrões de preços e gerar insights analíticos.</li> <li><input type="checkbox"/> Adequação aos requisitos de governança, segurança da informação, rastreabilidade e gestão de acessos.</li> </ul> <p>Critérios de Avaliação e Pontuação</p> <p>A pontuação será atribuída conforme o grau de atendimento aos critérios estabelecidos, observando-se os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alto (4 a 5 pontos): Quando houver atendimento integral (100%) aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> <li>• Médio (2 a 3 pontos): Quando houver atendimento parcial (50%) aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> <li>• Baixo (0 a 1 ponto): Quando houver atendimento mínimo (25%) aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> </ul> <p>A Comissão de Avaliação possui autonomia técnica para atribuir a pontuação dentro das faixas estabelecidas, com base na análise qualitativa e quantitativa dos</p>	30%

			documentos e informações apresentadas pelos licitantes, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.	
2	Grau de Desenvolvimento da Solução Proposta	Avalia a maturidade tecnológica da solução (TRL $\geq 6$ ), sua robustez e capacidade de operar em ambiente real com dados do SINAPI, incluindo interoperabilidade, segurança, operação em nuvem e estabilidade para testes em escala limitada durante o CPSI.	<p>Critérios a serem avaliados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Nível de prontidão tecnológica (TRL <math>\geq 6</math>) e demonstração de funcionalidades já operacionais.</li> <li><input type="checkbox"/> Funcionamento demonstrado em ambientes equivalentes ou reais, ainda que parcialmente.</li> <li><input type="checkbox"/> Compatibilidade e integração com sistemas externos, por meio de APIs ou conectores.</li> <li><input type="checkbox"/> Capacidade técnica de operar em arquitetura SaaS, com escalabilidade e otimização de custo.</li> <li><input type="checkbox"/> Qualidade das práticas de desenvolvimento utilizadas (cloud, dados estruturados, pipelines analíticos etc.).</li> </ul> <p>Critérios de Avaliação e Pontuação</p> <p>A pontuação será atribuída conforme o grau de atendimento aos critérios estabelecidos, observando-se os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alto (4 a 5 pontos): Quando houver atendimento integral (100%) aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> <li>• Médio (2 a 3 pontos): Quando houver atendimento parcial (50%) aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> <li>• Baixo (0 a 1 ponto): Quando houver atendimento mínimo (25%) aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> </ul> <p>A Comissão de Avaliação possui autonomia técnica para atribuir a pontuação dentro das faixas estabelecidas, com base na análise qualitativa e quantitativa dos documentos e informações apresentadas pelos licitantes, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.</p>	15%
3	Viabilidade e Maturidade do Modelo de Negócio	Avalia a consistência da tese de negócio, a capacidade da empresa de operar e sustentar a solução, bem como sua prontidão organizacional para executar o CPSI e evoluir a	<p><u>Critérios a serem avaliados:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Clareza e coerência do modelo de negócio proposto para a solução e sua evolução pós-CPSI.</li> <li><input type="checkbox"/> Endereçamento direto do desafio do SINAPI e alinhamento com sua lógica operacional.</li> </ul>	15%

		<p>plataforma de forma sustentável e aderente às necessidades da CAIXA como gestora do SINAPI.</p> <p>Avalia-se também o grau de prontidão da empresa inovadora para executar o desafio com consistência e escalabilidade.</p>	<p><input type="checkbox"/> Capacidade técnica, organizacional e financeira da empresa para executar o CPSI.</p> <p><input type="checkbox"/> Adequação do modelo às diretrizes de monetização, licenciamento e expansão do SINAPI.</p> <p><input type="checkbox"/> Alinhamento estratégico com a Transformação Digital da CAIXA.</p> <p><b>Crerérios de Avaliaão e Pontuaão</b> A pontuaão será atribuída conforme o grau de atendimento aos crerrios estabelecidos, observando-se os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alto (4 a 5 pontos): Quando houver atendimento integral (100%) aos crerrios definidos pela Comissão de Avaliaão.</li> <li>• Médio (2 a 3 pontos): Quando houver atendimento parcial (50%) aos crerrios definidos pela Comissão de Avaliaão.</li> <li>• Baixo (0 a 1 ponto): Quando houver atendimento mínimo (25%) aos crerrios definidos pela Comissão de Avaliaão.</li> </ul> <p>A Comissão de Avaliaão possui autonomia técnica para atribuir a pontuaão dentro das faixas estabelecidas, com base na análise qualitativa e quantitativa dos documentos e informaões apresentadas pelos licitantes, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.</p>	
4	Viabilidade Econmica	<p>Avalia a compatibilidade entre os recursos solicitados, o escopo do desafio e a capacidade da soluão de ser desenvolvida, mantida e operada dentro do limite financeiro do CPSI, assegurando sustentabilidade e boa relaão custo/benefício.</p>	<p><u>Crerrios a serem avaliados:</u></p> <p><input type="checkbox"/> Coerência entre escopo, cronograma, custo e resultados esperados.</p> <p><input type="checkbox"/> Estrutura de custos compatível com as fases do CPSI (planejamento, desenvolvimento, integraão, experimentaão e avaliaão final),</p> <p><input type="checkbox"/> Distribuão financeira proporcional á complexidade da soluão.</p> <p><input type="checkbox"/> Viabilidade econmica competitiva.</p> <p><input type="checkbox"/> Estratégia econmica sustentável para evoluão posterior da soluão.</p> <p><input type="checkbox"/> Existncia de recursos humanos e tecnológicos, com maturidade que justifica o aporte financeiro;</p> <p><input type="checkbox"/> Capacidade financeira e operacional da empresa para cumprir o CPSI dentro dos limites estabelecidos.</p> <p><b>Crerrios de Avaliaão e Pontuaão</b></p>	15%

			<p>A pontuação será atribuída conforme o grau de atendimento aos critérios estabelecidos, observando-se os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alto (4 a 5 pontos): Quando houver atendimento integral (100%) aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> <li>• Médio (2 a 3 pontos): Quando houver atendimento parcial (50%) aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> <li>• Baixo (0 a 1 ponto): Quando houver atendimento mínimo (25%) aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> </ul> <p>A Comissão de Avaliação possui autonomia técnica para atribuir a pontuação dentro das faixas estabelecidas, com base na análise qualitativa e quantitativa dos documentos e informações apresentadas pelos licitantes, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.</p>	
5	Custo-benefício	<p>Avalia a adequação entre o investimento requerido e os benefícios esperados com a solução proposta, considerando sua sustentabilidade técnica, econômica e operacional, a qualidade da entrega, a capacidade de gerar ganhos de eficiência e financeiros, a redução de retrabalho e riscos operacionais, bem como a viabilidade de evolução e monetização da solução.</p>	<p><u>Critérios a serem avaliados:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Aderência da proposta ao limite financeiro do CPSI e coerência entre escopo, cronograma e custos;</li> <li><input type="checkbox"/> Capacidade da solução de gerar ganhos de eficiência, padronização e melhor uso das informações do SINAPI;</li> <li><input type="checkbox"/> Sustentabilidade do modelo de operação da solução durante e após a fase de experimentação;</li> <li><input type="checkbox"/> Observância às boas práticas de governança, compliance e segurança da informação;</li> <li><input type="checkbox"/> Potencial de evolução e monetização, de forma compatível com o papel institucional do SINAPI e com as diretrizes da CAIXA.</li> <li><input type="checkbox"/> Atende aos critérios mínimos estabelecidos no desafio.</li> </ul> <p><b>Critérios de Avaliação e Pontuação</b> A pontuação será atribuída conforme o grau de atendimento aos critérios estabelecidos, observando-se os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alto (4 a 5 pontos): Quando houver atendimento integral (100%) aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> </ul>	15%



			<ul style="list-style-type: none"> <li>Médio (2 a 3 pontos): Quando houver atendimento parcial (50%) aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> <li>Baixo (0 a 1 ponto): Quando houver atendimento mínimo (25%) aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> </ul> <p>A Comissão de Avaliação possui autonomia técnica para atribuir a pontuação dentro das faixas estabelecidas, com base na análise qualitativa e quantitativa dos documentos e informações apresentadas pelos licitantes, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.</p>	
6	Funcionalidades adicionais/ Diferenciais Competitivos	<p>Avalia o grau em que a solução proposta apresenta funcionalidades adicionais, inovações técnicas, metodológicas ou operacionais que excedem os requisitos mínimos do desafio, agregando valor estratégico ao CPSI, sem comprometer a viabilidade técnica, econômica ou o foco na experimentação controlada.</p> <p>Serão considerados diferenciais que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>ampliem o potencial de uso futuro da solução;</li> <li>reforcem escalabilidade, interoperabilidade ou reutilização institucional;</li> <li>contribuam para eficiência operacional, segurança, transparência ou governança;</li> <li>estejam alinhados às diretrizes estratégicas e ao contexto institucional do CPSI.</li> </ul>	<p>Critérios a serem avaliados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Existência de funcionalidades adicionais claramente descritas e tecnicamente viáveis.</li> <li><input type="checkbox"/> Relevância dos diferenciais em relação ao desafio proposto.</li> <li><input type="checkbox"/> Potencial de geração de valor adicional à Administração Pública.</li> <li><input type="checkbox"/> Grau de inovação incremental ou disruptiva compatível com o estágio do CPSI.</li> <li><input type="checkbox"/> Possibilidade de aproveitamento futuro, integração ou evolução da solução.</li> <li><input type="checkbox"/> Ausência de impacto negativo relevante em custo, prazo ou complexidade de execução.</li> </ul> <p>Critérios de Avaliação e Pontuação</p> <p>A pontuação será atribuída conforme o grau de atendimento aos critérios estabelecidos, observando-se os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Alto (4 a 5 pontos): Quando a proposta apresentar funcionalidades adicionais e/ou diferenciais competitivos claramente definidos, tecnicamente viáveis e relevantes, que agreguem valor estratégico à solução, com potencial de aproveitamento futuro, sem impactar negativamente o custo, o cronograma ou a complexidade de execução do CPSI.</li> <li>Médio (2 a 3 pontos): Quando a proposta apresentar</li> </ul>	10%

			<p>funcionalidades adicionais ou diferenciais parcialmente relevantes, com valor incremental limitado, ou cuja aplicabilidade futura dependa de ajustes, validações adicionais ou maturação posterior, sem prejuízo significativo à execução do CPSI.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Baixo (0 a 1 ponto): Quando a proposta não apresentar diferenciais relevantes, ou quando os diferenciais indicados forem genéricos, pouco claros, de difícil viabilidade técnica, ou implicarem aumento desproporcional de custo, prazo ou risco para o CPSI.</li></ul>	
--	--	--	---	--